

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

I - LOCALIZAÇÃO

Tradicionalmente os índios agora chamados Nambiquara ocupam mais de 50 mil km² ao noroeste do Mato Grosso e sul de Rondônia.

Suas terras estão caracterizadas por dois tipos distintos de vegetação: floresta e campo. A oeste, região do Vale do Rio Guaporé que compreende densas matas (85%) interrompidas por ocasionais manchas de cerrado. No restante da região Nambiquara predomina a savana. A leste o Rio Juruena, ao norte as cabeceiras do Rio Machado, Roosevelt e Pimenta Bueno. A área tradicionalmente habitada pela família Nambiquara é de aproximadamente 5.500.000 hectares. (anexo nº 1)

II - HISTÓRICO

Apesar de vários contatos com a sociedade nacional desde o início do século XVIII, como vemos pelas citações abaixo, os Nambiquara só sofreram a invasão esmagadora de suas áreas nos últimos 70 anos. Note-se que os Nambiquara foram denominados "Cabixis" até o começo do presente século.

"Cabixis, nação que transita os campos dos Parecis, vivem nas cabeceiras e matas dos rios Guaporém Sararé, Galera, Piolho, e Branco".

Ricardo Franco de Almeida Serra,
Descrição geographica da capitania de Mato Grosso; Anno de 1797.

Publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Vol. 6, pág. 156-196, e Vol. 20, pág. 185-292.

"Les Cabixis... S'étendent jusqu'aux sources du Guaporé, et sur les bords du Sararé et du Galera".

Francis de Castelnau, Expedition dans les parties centrales de l'Amérique, du Sud, Vol. 3, pág. 150. 1851.

"Sie sind theilweise nomadisch auf den Fluren der Chapada dos Parecis gesehen worden, haben aber auch feste Wohnplätze in obersten Juruaena, am Ursprung der Flisse Guaporé, Sararém Piolho, Branco und Galera".

Carl Friedrich Phil, von Martins, Beiträge zur Ethnographie und Sprachkunde Amerika's zumal brasiliens. Vol. 1, pág. 244, 1867 (Nota-se que von Martins tirou estes dados dos jornais do famoso naturalista austriaco, Johann Matterer, que estava na área em questão nos anos 1826-1829).

"Jamais nas "Secas" os Índios fazerem os seus assassinios, como no dia 4 do Corr. e fizeram grande assassinio e Arozo em Manoel Glz seu Escravo estando em trabalho na sua roça; não valendo a ronda q, de Contino Sofas, p q os I. os Selvagem atravessão a estrada de S. Vicente distante deste Arroyal hũa legoa, meia; e duas, em rumo tão deferente q nunca Sepode encontrar".

Carta de Candido Corêia a Luciano Rodrigues Montemór, escrita em Pelar, 5 de abril de 1848. Arquivo do Estado de Mato Grosso, Caixa 1848.

"Há pouco atacarão um sítio a meio quarto de legua da cidade de Mato Grosso, matando seus habitantes e roubando tudo que encontrarão".

"A Grande ponte do Guaporé, na estrada que vae de Villa Maria/Cáceres/aquella cidade, obra de muito mericimento e necessidade n' aquelle lugar, e que tinha 180 palmos de comprimento e 14 de largura, construida com madeiras muito boas, foi incendiada pe

los cabixis ha poucos annos".

Joaquim Ferreira Moutinho, noticia sobre a
provincia de Matto Grosso, pág.143. 1869

"/São Vicente/já não existe também, sendo assaltado, incendiado e destruido o pouco que já restava, pelos Cabixis em 1877".

Augusto João Manuel Leverger, Barão de Melgaço, Apontamento para o dicionário chorographico da provincia de Mato Grosso.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Vol. 47, pág. 420, nota 1.

"Haviam tido algumas pessoas que se internaram nas matas do rio Galera, para extrahirem poaya, e foram obrigadas a retroceder, devido ao constante ataque dos índios".

G.Pimentel Barboza, Relatório apresentado ao Snr. Inspetor do Serviço de Protecção Índios em Matto Grosso, Dr. Antonio Martins Vianna Estigarribia, 15 de janeiro de 1922. Documento no arquivo da FUNAI, Cuiabá.

A situação histórica de contato foi sempre desordenada. Os primeiros estranhos que conheceram foram os escravos do quilombo aldeia Carlota, no Século XVIII, que raptavam as índias para serem suas mulheres. Depois chegaram os poaieiros que permaneciam na mata às custas dos alimentos roubados dos índios. Em seguida duas ondas de seringueiros exploravam a região. Ultimamente são os milhares de peões trazidos as fazendas que derrubam a mata, espanham a caça e pesca e destroem seus recursos de coleta e desrespeitam seus sítios mais caros. (anexo 2 e 3)

Em relatório do Quartel do 2º Batalhão de Fronteira, Cáceres, Mato Grosso, em 19 de janeiro de 1968, há informações do trucidamento de seis índios (homens e mulheres) pertencentes à maloca dos Nambiquara localizada entre o Ribeiro do Atolcero e as nascentes do Sararé. Indivíduos portando armas de fogo penetraram na aldeia para furtar cavalos dos índios. O Tenente Coronel Comandante da 9ª Região Militar, apurou a veracidade dos fatos que haviam ocorrido em fins de 1967. O Sr. Gustavo comunicou ao referido Comandante, que as terras onde vivem os índios, contam como sendo de propriedade da Colonizadora Sul do Brasil. A mesma foi alvo de sindicancias recentes efetuadas pela Comissão de Faixa de Fronteira, do Conselho de Segurança Nacional.

Para o Nambiquara, estes elementos marginais representam a sociedade brasileira.

Estima-se que, no início do século XX, a população Nambiquara era entre 5.000 e 10.000. A construção de uma linha telegráfica, iniciada pelo General Rondon em 1907, abriu a parte norte da região à expansão nacional. Embora a dificuldade de percorrer esta linha, que só era possível a animais de carga, a população indígena perto da linha foi dizimada.

Em 1919, o SPI estabeleceu um posto de atração em Pontes de Lacerda, posteriormente (1921) transferido para a cidade de Mato Grosso. Durante mais de dez anos de existência este posto nunca conseguiu estabelecer contato com os índios. Outro posto foi fundado em 1925, na faixa da linha telegráfica, perto do córrego Urutau, que foi tão ineficaz que a maioria dos relatórios anuais do Inspetor em Cuiabá da década de 1930, já não o mencionam. Em 1942, o Posto Indígena Pyreneus de Souza foi fundado no Córrego Espirro, uma cabeceira do rio 12 de outubro.

O encarregado do Posto desde 1943 até 1968, foi Afonso Marsur de França, que empregou os índios na extração de borracha, primeiro oficialmente (Convênio SPI/Rubber Development Corporation), e depois por sua própria conta.

Outra onda de invasão se deu a partir de 1960, devido a construção da BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho. Esta estrada abriu as terras férteis do Vale do Guaporé à exploração por grandes empresas, que entraram na região nos últimos quinze anos, empregando milhares de peões, tratores, e herbicidas (anexo nº 4 e 5) desmatar a fim de desenvolver a pecuária o mais rápido possível, sem preocupar-se com a presença dos índios. Os índios totalmente despreparados para tal contato estão sendo devastados. A população atual de todos os grupos Nambiquara é pouco maior de 500 índios.

III - SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA DOS ÍNDIOS NAMBIQUARA

David Price em seu trabalho "Projeto para a normalização da Situação Nambiquara" - FUNAI janeiro de 1975, classifica os Nambiquara de acordo com critérios linguísticos. Assim, diz que os grupos da região em estudo que falam língua cujo vocabulário partilha de uma por centagem razoável de radicais são da "Família Linguística Nambiquara". De fato, esta família se divide em pelo menos três línguas que não são mutuamente compreensíveis e cada uma destas línguas tem vários dialetos regionais. Outros aspectos da cultura, tais como enfeite corporal, música e religião, também variam de um grupo a outro. Não obstante, a grosso modo, todos os grupos que compõem a família Nambiquara tem o mesmo tipo de organização social, e há relações entre si que diferem das relações que eles mantem com tribos de fora da família, tais como os Parecis e os Cinta Larga.

Os grupos que ainda tem sobreviventes, organizam-se de acordo com critério linguístico, cultural e ecológico. (ver anexo nº 6)

Muitos destes grupos estão extremamente reduzidos devido aos efeitos de epidemias e invasões, e muitas aldeias atuais regem populações constituídas por membros de mais de um grupo. As aldeias existentes são as seguintes:

NAMBIQUARA DO VALE DO GUAPORÉ (MANAIRISU)

<u>Grupo</u>	<u>Aldeias</u>	<u>População</u>
KATITAURLU	Sararé	
Qualitsu	Américo	
Kaluhwaisu	Laranjais	39
Waihlatisu	Atoloiro	
Sayulikisu		
Wasusu	Wasusu	44
Aluquatesu		
HAHAINTESU	Pirena	
Yodunsu	Manairisu	
Qualisatesu	Campo do Dolinha	52
Nantesu	Rio 32	
Aikatesu	Rio Vermelho	
Yuwaroatesu		
Aikisu		
Alantesu	Alantesu	30
Erihitansu		
Hoskokosu		
Waikatesu		
Alakatesu	Sorana	
Waiksu	Ramão	23
<hr/> TOTAL - 18	<hr/> 13	<hr/> 188

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

= 07 =

NAMBIQUARA DO NORTE

<u>Grupo</u>	<u>Aldeias</u>	<u>População</u>
Negarotê	Cascalheira	26
	São Domingos	
Mamaendê	Capitão Pedro	60
	Lúcio	
Sabanê	Toleri	70
Tauantê	Arueira	
Lacondê	Frederico	
Idalamere	Campinho	
Latundê (recente contatado)	Latundê	16
TOTAL - 7	9	172

NAMBIQUARA DO CAMPO

<u>Grupo</u>	<u>Aldeias</u>	<u>População</u>
Halotesú	Juina	42
Wakalitesú	Wakalitesú	
Halotesú	Halotesú	26
Sauentesú	Branca	
Sauentesú	Cabeceira	8
Kitaulhú	Kitaulhú	
Halotesú	Sapezal	10
Kitaulhú	Campos Novos	84
Tawantê		
Halotesú		38
Wakalitesú	Tiricatinga*	
TOTAL - 5	9	166

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

= 05 =

IV - ASPECTOS DA ESTRUTURA SOCIAL NAMBIQUARA (MANAIRISU)¹

A dispersão da população apresentada a seguir tem que ser levada em conta. Jamais os Manairisu aceitarão morar em grandes aldeias.

Esta movimentação dos índios foi levantada durante alguns meses de 1978 e junho de 1979, divididos nos cinco grupos Alen_{tesu}, Wasusu, Waiksu/Alakatesu, Hahaintosu e Katitauru (Sararé).

A amostra foi tirada em dia, mes e ano determinado, uma coluna de grupo de origem, e outra coluna de acampamentos possíveis. Pode-se notar a relação entre os grupos e as visitas que fazem. Todos os grupos e cada família é uma célula independente, que se relacionam bem ou mal com o interesse imediato.

AMOSTRAGEM DA MOVIMENTAÇÃO DOS ÍNDIOS DO VALE DO GUAPORÉ
EM 01/06/78

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	TOTAL
U	27	11				2			1	1						42
A		27														27
H		2							10	5	21	12			3	50
S		1	4	15	11	8										39
WK		1	6	1			11	3							1	3
T	27	42	10	16	11	10	11	3	11	6	21	12			4	

1 - Manairisu - denominação atribuída aos Nambiquara do Vale pelo Nambiquara do Campo -

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI;

= 09 =

EM 01/07/78

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	TOTAL
W	27	11				2			1	1						42
A		22								5						27
H		2							8	20	9	11			3	53
S		1	4	15	11	8										39
WK		1	6	1			8	6							1	23
T	27	35	10	16	11	10	8	6	11	26	9	11			4	

EM 01/11/78

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	TOTAL
W	37	6	1			1				1					1	47
A ^p		27														27
H		2							2	10	11			25	3	53
S	1		6	18	8	6										39
WK		1	4	1	2		12	3							1	24
T	38	36	10	19	10	7	12	3	10	11	11		25	4	5	

EM 10/06/79

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	TOTAL
W	33	9	1			1			1							45
A		28														28
H		2								32		10	7		4	55
S*																
WK		1	4	1	2		16								1	25
T	33	40	5	1	2	1	16		1	32		10	7		5	

* não se tem informações para Sararó nesta época.

LEGENDA

Coluna horizontal - locais 1 - Wasusu, 2 - Alantesu, 3. Sararé, 4 - Américo, 5 - Laranjais, 6 - Atoleiro, 7 - Sorana, 8 - Rã mão, 9 - Pirena, 10 - Manairisu, 11 - Rio 32, 12 - Campo do Boli nha, 13 - Rio Vermelho, 14 - Campo (caça, coleta Hahaintesu, Fazenda Caprioli, Rio Guaporé, Edmundo, Cofap, Comguap...) 15 - Fora da área do Vale do Guaporé.

Os locais que estão com círculos são os únicos já demarcados.

Coluna Vertical - grupos W - Wasusu, A - Alantesu, H - Hahaintesu, S - Sararé, WK - Waiksu/Alekatesu.

A razão dessa movimentação se encontra na natureza da estrutura social dos mesmos. O problema central gira em torno de como o indivíduo mantém a sua identidade étnica.

A sociedade pode modificar, pode transformar-se, mas não pode perder sua função básica de regular a vida de seus integrantes. Nestes termos, é necessário ver como a estrutura social Nam biquara regula a vida dos seus integrantes.

Os membros de cada aldeia são unidos pela obrigação de partilhar comida, tendo cada família sua roça própria, sendo a atividade agrícola praticada, sobretudo, no período do inverno (chuvuvas).

A caça, a pesca, a coleta, são também, atividades básicas na subsistência dos grupos.

Como o homem deve casar com uma mulher que seja sua parente afim e de sua mesma geração, é pouco provável que ao procurar esposa a encontre em sua própria aldeia, uma vez que o reduzido número de membros de cada delas, restringe obviamente, o número de mulheres nesta categoria. Assim, terá obrigatoriedade de buscar mulher em outras aldeias, às vezes a centena de quilômetros, o que geralmente não se resolve em uma única vista, gerando deslocamentos longos e maior relacionamento entre os grupos.

A residência após o casamento, embora de livre escolha, é geralmente uxorilocal, uma vez que há falta crônica de mulher.

Dependendo, da coincidência de nascimentos e da astúcia com que cada homem terá possibilidade de tornar-se líder de uma facção e vir a ser o chefe da aldeia em que vive, ou de mudar-se para estabelecer nova aldeia com seus seguidores que são seus parentes próximos.

Os casamentos intra-étnicos, as trocas, as visitas a parentes e o fato de haver alguns produtos de coleta que só são encontrados em locais específicos, são fatores que unem os grupos. Estes fatores estão, entretanto, associados ao faccionalismo generalizado, tornando cada dos grupos, potencialmente hostis, (ver anexo nº 7) com áreas de acesso independente para cada um deles, de tal modo, que praticamente toda a área do grande Vale do Guaporé, desde as cabeceiras do rio Pimenta Bueno até o rio Sararé, tem seus ocupantes, sendo cada das áreas respeitadas pelos seus vizinhos.

Tradicionalmente, quando um grupo de visitantes chega em outra aldeia, há uma grande cerimônia em que os líderes expõem, alternando monólogos, todos os acontecimentos graves que eles possam lembrar. Só quando os fatos estiverem esclarecidos os dois grupos consideram-se em segurança, relaxam e confraternizam. Uma caçada conjunta é usualmente organizada para o dia seguinte.

Esta cerimônia não pode ser prescindida mesmo quando se trata de aldeias próximas e amigas, pois a aliança Nambiquara pode ser rompida muito facilmente.

Outras aldeias são comumente suspeitas de práticas de feitiçaria, e se uma pessoa adocece ou morre em uma visita a violência pode surgir.

"Entretanto, as facções Nambiquara são de pouca duração. A única coisa que liga facções compostas de genros é o sogro - o pai das suas mulheres. Quando ele morre, a facção se desintegra. Em contraste, uma facção composta de irmãos sente os laços de sangue e continua após a morte do pai. Entretanto, este tipo de facção só pode continuar na terceira geração se a segunda geração, como a primeira, consegue ter muitos filhos e retê-los em casa. Já que isto não é muito provável, a maioria das facções Nambiquara não duram mais de duas gerações. A vida política é um

fluxo contínuo de facções formando-se, mudando de composição e sumindo.

Uma vez que o princípio dirigente de cada facção é o auto-interesse, conflito entre facções é um potencial sempre presente. Mas é importante evitar brigas, porque os membros de outras facções são parentes - sogros, cunhados, ou genros - reais, ou potenciais. Logicamente, então, é necessário para facções que se vêm em conflito separarem-se, para que cada um tenha lugar para suas roças e áreas para caçar, e onde a outra venha - se vier - não como dona, mas como convidada.

Se ainda há bastante caça e terra boa perto da aldeia, a facção maior permanece e a facção menor constroem aldeia em outro lugar. Se os recursos perto da aldeia estão quase esgotados, o que frequentemente exacerba tensões faccionais, as duas facções fundam aldeias novas, deixando a velha abandonada. Exemplo recente foi o desmembramento da aldeia de Campos Novos quando a população chegou a 70 pessoas e romperam 2 facções criando outra aldeia, do Macaco Preto.

Entretanto, uma aldeia abandonada é um excelente lugar para estabelecer uma aldeia nova, depois da passagem de uns anos. Ela tem todos os requisitos de local para aldeia, uma vez que já foi aldeia - areia branca para dormir, água perto, trilhos estabelecidos que a ligam a outras aldeias e capoeiras, que são mais fáceis de derrubar do que mata virgem.

Assim, aldeias são construídas por facções dissidentes, crescem até que outras facções se formem e se separem, acabam quando os recursos locais estão esgotados, e são reconstruídas quando os recursos se restabelecem.

O fator religioso também influi no padrão de uso da terra. O Nambiquara acredita que a alma é a imagem do outro no olho. Quando uma pessoa morre, ^{mesa} esta imagem. Os restos mortais são enterrados no pátio da aldeia, e a alma vai morar com os espíritos eternos nas cavernas.

A escolha do território ou aldeia é uma tarefa que implica em compartilhar áreas dos espíritos (ányaukatesu) de todos os

outros que tiveram seus corpos enterrados em tal território, e que - não sendo, ela, área tradicional do grupo - serão espíritos diversos dos seus antepassados, conseqüentemente desconhecidos.

Aconteceu com o casal José e Mercedes (Yodunsu) enquanto caçavam morrer sua recém nascida e andarem quase 3 dias com o corpo já mal cheiroso para enterrá-lo junto com todos os outros do mesmo grupo.

Entretanto, o uso da terra é também influenciado por fatores econômicos do que religiosos como se constata no fato de que, o corpo é levado, se for necessário, para ser enterrado num lugar onde há uma boa mata, onde roças podem, futuramente, ser feitas.

Basicamente o grupo, que mora numa aldeia, é uma família extensa. Como em todas as famílias, há uma ética forte no sentido de que a comida deve ser partilhada entre todo mundo. Quando matam um veado, todo mundo que está na aldeia recebe um pedaço. Qualquer pessoa que peça beiju de outra pessoa recebe-o. Até a palavra que quer dizer "gente" é formada do radical que quer dizer "partilhar".

Nestas circunstâncias, quem manda é quem partilha mais. Normalmente é um membro da facção dominante; às vezes é filho do último cacique. Mas, para reter o poder, ele tem que ter duas qualidades. Ele tem que ser muito trabalhador ou bom caçador para produzir muito, e, tem que ser generoso para reter a lealdade do seu eleitorado. Os Nambiquara não admitem que um ser humano tenha o direito de exercer autoridade sobre outro; são perfeitamente igualitários. O cacique não manda por direito, mas por habilidade. Até a palavra para "cacique" quer dizer "o hábil". E a palavra para os seus "subordinados" quer dizer "parceiros".

Enfim, os Nambiquara têm um sistema econômico que garante igualdade econômica e mantém o equilíbrio no meio ambiente. É um sistema político que garante que todos os homens tenham igual acesso ao poder, e os líderes sejam os homens mais hábeis.

V - a) TENTATIVAS DE SOLUÇÃO DO PROBLEMA DA TERRA PARA OS NAMBIQUARA

1. Em 1968, o Diretor do então Departamento do Patrimônio Indígena da FUNAI, promoveu estudos para a criação de três pequenas Reservas Indígenas no Vale do Guaporé, (ver anexo nº 8) nos territórios tradicionais dos grupos daquele vale, que, no entanto, não foram aprovadas pela Presidência da FUNAI àquela época (mapa da proposta em anexo).
2. Em 08 de outubro de 1968, foi assinado o Decreto nº 63.369, criando a Reserva Indígena Nambiquara. Foi planejada com base em informações tão inadequadas que chega a mencionar acidentes geográficos (a ponte sobre o rio Juina) não existentes. Contém esta Reserva as piores terras de toda a área tradicionalmente ocupada pelos Nambiquara e englobava apenas duas de suas aldeias (Camararé e Serra Azul), com um pouco mais de 15% da população Nambiquara, à época do Decreto.

A maioria da população Nambiquara permanecia no Vale do Guaporé; já a essa altura quase totalmente ocupado por agropocuatárias, detentoras de certidões negativas fornecidas pela FUNAI.

Os desmatamentos procedidos pelas agropocuatárias afugentaram a caça, alimentação básica daqueles índios, e os privaram da coleta de mel e frutos silvestres, levando-os a tal situação de subnutrição e miséria, que se levava a temer pela extinção daqueles grupos.

3. Numa tentativa de se achar solução para esta situação, a FUNAI promoveu a ampliação da Reserva Indígena, levando o seu limite oeste até o rio 12 de Outubro (Decreto nº 73.221, de 28 de novembro de 1973), ao mesmo tempo que tentava um trabalho de convencimento junto às comunidades indígenas Nambiquara do Vale do Guaporé, a fim de transferi-los para dentro da Reserva.

Esta operação fracassou depois de quase um ano de tentativas, (ver anexo nº 9) quando os grupos das duas aldeias que haviam

aceito a transforência, os Wasusu e os Alantesu, retornaram aos seus locais de origem, após constataram que as terras da Reserva eram inadequadas para o cultivo do milho, alimento básico de sua dieta. Além destes grupos passarem a ocupar terras de outro grupo que, apesar do mesmo dialéto, diferenciava-se em cultura e ecossistema.

4. Diante do exposto, a FUNAI revisa a sua política de ação indigenista e contrata um Antropólogo, Paul David Price, para estudar e propor soluções para a questão Nambiquara. Simultaneamente, era decretada a interdição de uma área escolhida pelo Sortanista, Frederico Paul Tolksdorf, da FUNAI no Vale do Guaporé (Decreto nº 74.515, de 05 de setembro de 1974), que apresentava condições ecológicas para abrigar os grupos indígenas do Vale do Guaporé e que se supunha estar livre do interesse dos investidores. Mal foi interditada esta área, começaram a aparecer na FUNAI, advogados representantes de agropecuárias que já possuem interesse na referida área, alguns portando certidões negativas concedidas pela FUNAI.

O antropólogo iniciou seu trabalho junto aos índios conseguindo levar para a área interditada dois grupos: Hahaintecu e Waiksu. Os grupos permaneceram pouco tempo neste local, estranharam e se queixavam que o local tinha muita pedra e pouca areia branca, que eles preferem para dormir (ver anexo nº 10). Face a isto, o Piloto da Missão Cristã Brasileira que o ajudou neste trabalho explicou-lhes que toda aquela terra lhes pertencia e que podiam escolher outro local que julgassem melhor. Os índios Hahaintecu penetraram mais para dentro da área Interditada em antiga aldeia abandonada dos índios Sararé, onde morreram três pessoas (duas mulheres e uma criança). Os Hahaintesu haviam prometido duas mulheres aos Sararé mas, em vista da morte de duas mulheres de seu grupo, não puderam cumprir a promessa, provocando desentendimento entre os grupos, levando à intervenção do pessoal da Fazenda Sapé Sararé que transportou os índios Hahaintesu à BR-364, onde os deixou, tendo estes voltado às suas terras de origem, alguns de carona de caminhões, outros a pé.

Em 15 de abril de 1975, David Price juntamente com o atual chefe do PI Manairisu que assumia o cargo, encontraram o grupo Hahaintesu dividido em dois acampamentos próximos à BR-364, Km 616, a cerca de 1 Km do Posto de Gasolina Vale do Guaporé. Muito gripados, o antropólogo iniciou providências para atendê-los, mas ao voltar ao local com medicamentos e alimentos, os grupos haviam fugido.

Quanto aos Waiksu, devido à péssima situação em que se encontram, foram transferidos para a Área Interditada em janeiro.

Não conhecendo a área, e ainda mais pelo fato de existir malária nesta região os Waiksu (infelizmente ocorreu a morte de 4 índios) foram para Vila Bela em busca de recursos médicos, onde permaneceram aproximadamente um ano. Neste tempo os índios do Sararé fizeram várias incursões a Vila Bela.

Quando destas incursões realizam-se dois casamentos entre os grupos voltando todos para o Sararé ficando parte na aldeia do Tito e parte na aldeia do Américo.

Conclui-se que os índios foram mudados sem informações adequadas da região para onde seriam levados, e muito mais grave sem consulta prévia do grupo.

A FUNAI diante de fatos concretos e tendo como princípio a preservação das comunidades indígenas resolve dar maior amplitude à discussão do problema Nambiquara abrindo o tema para antropólogos estranhos ao quadro da FUNAI.

Contrata o Professor da U.F.B. Pedro Agostinho Neto para avaliar o Projeto Nambiquara e promove uma reunião do Conselho Indigenista mais antropólogos de renome internacional, resultando como proposição, aprovada tanto pelos membros do conselho como pelos convidados:

I - "Paralizar as expansões das fazendas, através da contestação jurídica de posse por parte dos fazendeiros de terra que, tradicionalmente, pertencem aos índios".

II - "lutar pela defesa da área interditada, e fim de possibilitar a transferência dos índios, proporcionando-lhes viver, num território contínuo.

Ainda que os propósitos firmados na reunião do conselho deveres solucionar de vez o problema terra mais assistência aos Nambiquara do Vale, tal não se deu por motivos dos mais diversos, sendo a destacar o poder político e econômico dos então ocupantes do Vale, os quais, junto à justiça coloca a área interdita em situação de sub-júdice valendo-se do poder por eles detido e certidões negativas fornecidas pela FUNAI.

Esta situação impossibilita à FUNAI levar a efeito as proposições de efetivação das mudanças, bem como de ocupar de fato a dita área, passando os pequenos grupos Manairisu a uma situação pior do que se encontravam anteriormente.

Em junho de 1976, continuada a precária situação dos Manairisu e insolucionável a questão da área, a Presidência da FUNAI envio ao Vale o seu mais novo antropólogo, Noraldino Vieira Cruvinel, este contratado em março do mesmo ano, para apreciar o assunto, dando-lhe a incumbência de "visitar o vale do Guaporé e propor todas as alternativas viáveis e inviáveis para que a Presidência tentasse novamente, solucionar o caso". Esclarece-se que, segundo justificado ao antropólogo, as alternativas viáveis objetivava viabilizar a demarcação e as inviáveis convencer aos fazendeiros de suas inadequações.

Conforme relatório ⁴ apresentado pelo referido antropólogo, seis alternativas numeradas da mais para a menos adequada a situação dos grupos, a 5ª foi a escolhida. Esta alternativa traduzia-se a:

"Meio lado direito da Serra São Vicente, mais parte da fazenda Sapé Sararé onde estão aldeias do Capitão Américo e Capitão Tito, mais áreas independentes para Alantesu, Uasusu e Hahaintesu.

Vantagens - a) área suficiente para instalação de todas as aldeias, sendo que sete delas encontram-se já instaladas e uma em instalação que é a dos Waiksu que estão em Vila Bela;

b) território tradicional;

2 - Relatório sobre viagem ao Vale do Guaporé, M.T. com o fim de fazer proposições para solução do problema de terra para os Nambiquara do referido Vale - junho 1976 - FUNAI/DGPC.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

= 13 =

- c) terras férteis, propícias à agricultura;
- d) minorar atrito com as fazendas;
- e) facilidade de acesso às aldeias;
- f) caça e pesca abundante em algumas áreas.

Desvantagens:

- a) ter que mudar 3 aldeias;
- b) dificuldade de assistência por parte da FUNAI, uma vez que serão necessários quatro postos de atendimento com infra-estrutura e pessoal;
- c) dificuldade do contato entre as aldeias, uma vez que ficarão ilhadas entre as fazendas;
- d) dificuldade de controle do contato indiscriminado, pois que os limites são artificiais;
- e) dificuldade e impossibilidade de controle da poluição das fontes de água".

Ainda que escolhida a penúltima das alternativas, portanto uma das menos adequadas ao grupo, a solução não foi conseguida. Resultando em desinterdição de maior parte da área interdita em 1974, Decreto 79.095 - 05/01/77.

Com o Decreto de desinterdição de parte da área do Sararé, fica a FUNAI como a incumbência de reeleger a área do Sararé a sua demarcação.

Em novembro de 1977, um subgrupo de trabalho composto por: Alípio Levay - Major do Exército já a serviço da FUNAI há vários anos; Eni Pereira Zica, geógrafa e Diana Cléia, antropóloga. Faz-se necessário ressaltar que tal subgrupo não teve acesso a nenhum estudo já feito sobre os Nambiquara, sob o pretexto de não ser influenciado.

O resultado foi nova diminuição da área do Sararé e a não demarcação do pequeno pedaço de terra que lhes restou, tendo em vista a desinterdição por parte da FUNAI e a continuidade em "sub-júdice" da pequena área desinterditada.

Esclarece-se que em fins de 1976 os Waiksu retornam a sua área tradicional. Esta, quase totalmente ocupada pelos fazendeiros, impõe alianças destes com os Alakatesu. A outra parte ocupa a área de seu território ainda não tomada pelas fazendas (atual aldeia do Ramão - ver anexo nº 12).

Em maio de 1978 em cumprimento a Portaria nº 221/P, é nomeado Mais um subgrupo de trabalho para reavaliação das áreas indígenas delimitadas em 1976. Este subgrupo é composto pelo antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel - DGPC, Sílbene de Almeida, Chefe do PI Manairisu e Ariovaldo José dos Santos Chefe do PI Nambiquara.

Neste subgrupo de reavaliação decidiu-se que:

1. Acréscimo, no Vale, de área para os Negarotê que não haviam sido incluídos na proposta anterior, pois embora houvessem prometido mudar-se para a Reserva Nambiquara, permaneceram em seu território tradicional.
2. Proposta de eleição de área para os grupos Waiksu/Alakatesu que em 1976, quando da eleição das áreas estavam ainda em Vila Bela e prometiam mudar-se para o Sararé.
3. Alterações nas demais áreas tendo em vista maior adequação a nova situação de ocupação do Vale pela fazenda.

É mister notar que estas pequenas áreas não atendiam a preservação cultural dos grupos mas apenas garantia à sobrevivência física dos mesmos. Tal fato, de inteiro conhecimento dos proponentes se justificava por imposição da situação dos grupos face a expansão das empresas agropecuárias e a indecisão da administração da FUNAI quanto a admitir demarcar o território necessário aos grupos.

V - b) DEMARCAÇÃO DAS PEQUENAS ÁREAS

De conformidade com os trâmites burocráticos, em dezembro de 1978, as áreas Alantesu, Hahaintesu, Negarotê e Wasusu são levadas a editais e concorrências públicas para suas demarcações. Por

incrível que pareça, de tais áreas que atendia a tudo, menos à sobrevivência cultural dos grupos, só duas foram demarcadas com maiores problemas.

A dos Hahaintesu foi modificada por imposição do grupo Con fap, Conguape, Cofap implicando em mudança dos limites de mesma. Isto porque o dito grupo perderia cerca de 5.000 dos aproximadamente 240.000 hectares a elas pertencente.

A área Alantesu, com demarcação suspensa pela Fazenda Estrela do Guaporé, malgrado entendimentos com novo subgrupo deslocado ao Vale, continua com sua demarcação ameaçada, tendo em vista novas pressões surgidas de outros proprietários.

A área Wasusu, com cerca de 4.000 metros restantes para término da demarcação, ainda que revistoriada pelo mesmo subgrupo que solucionou o embargo por parte da Fazenda Estrela, na área Alantesu, precisa de Polícia Federal para continuação dos trabalhos.

Os Alakatesu/Waikou, para os quais não foi eleita área pelo subgrupo de junho de 1978 por falta de recursos técnicos e condições outras, estão em situação mais calamitosa possível.

Seu território tradicional invadido e ocupado paulatinamente durante os últimos anos é atualmente questionado pelas agropocuírias, algumas delas com certidão negativa da FUNAI. Ressalta que uma das certidões, emitida em 1974, desaconselhada por todos os técnicos e pessoas consultadas, incompreensivelmente foi deferida com base em "parecer" da Secretaria da Presidência - Processo FUNAI/BSB/3169/73.

Atualmente cerca de 400 peões da Fazenda São Domingos de Hélio Pereira de Moraes derrubam a mata nas proximidades de uma das aldeias (ver anexo nº 11), colocando os índios em um quintal que não permitirá nem sequer a colocação das tradicionais roças do grupo. Além disso, um índio foi espancado (Joãozinho), e outro ameaçado de morte (Maurício), o qual em desentendimento com o peão tentou revidar.

Diante de tais fatos o atual coordenador do projeto Mambiquara, Fritz Tolksdorf, através de carta solicita suspensão das dor

rubadas. O proprietário entra na justiça e continua as derrubadas.

VI - PROPOSTA DO SUBGRUPO DE TRABALHO ABAIXO ASSINADO

Considerando:

- a) que as pequenas áreas até o momento em definição para os diversos grupos do Vale não atende às peculiaridades da cultura dos mesmos, não permitindo:
 - 1) facilidade de contato entre os grupos;
 - 2) preservação das áreas de caça pesca e coleta;
 - 3) domínio do território, de perambulação e das áreas de moradia dos espíritos de seus antepassados;
- b) que não há garantia de que tais pequenas áreas serão respeitadas no futuro;
- c) que o controle da saúde dos grupos não será possível;
- d) que os Mamaindô mudados para Reserva Nambiquara voltaram para seu território tradicional;
- e) que dois grupos dos atuais denominados Hahaintesu, os quais deveriam mudar-se para área demarcada para os Hahaintesu podem, apesar de terem feito roças e construído casas em dita área, retornarem a seu território tradicional;
- f) que os atuais grupos embora concordassem à época das eleições de pequenas áreas que tais, podessem ser demarcadas para si, não abriram mão de seus direitos de caça, pesca, coleta, moradia, enterro de seus mortos e colocação dos espíritos nos locais tradicionais.

Propõe:

Salvo melhor juízo, sob pena de que a atual administração seja:

1. Conivente com o descalabro que até o momento tem caracterizado as tentativas de solução do problema terra e assis

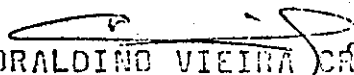
Ência aos Nambiquara do Vale do Guaporé.

2. Desrespeitar: a) Portaria interna nº 517 que regulamenta as eleições de áreas indígenas;
- b) Decreto nº 76.999 que dispõe sobre o processo administrativo de demarcação;
- c) Estatuto do Índio;
- d) Constituição Brasileira, no que se refere a questão das minorias étnicas; e
- e) Convenção 105,

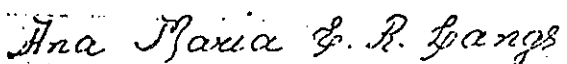
a solução da questão Nambiquara do Vale do Guaporé deve adequar aos aspectos culturais dos mesmos.

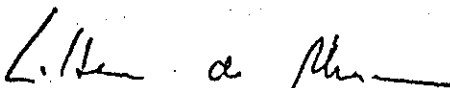
Neste sentido, apresentamos no mapa em anexo, as áreas que a nosso ver, levado em consideração o até o momento conhecido, atendem as peculiaridades culturais dos já referidos grupos.

Brasília, 13 de julho de 1979.


NORALDINO VIEIRA CRUVINEL
Antropólogo


REINALDO FLORINDO
Eng. Agrimensor


ANA MARIA C. R. LANGE
Antropóloga


SILBENE DE ALMEIDA
Indigenista